

O SACRAMENTO DA ORDEM
E A VIDA DOS CLÉRIGOS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Ghirlanda, Gianfranco

O sacramento da Ordem e a vida dos clérigos / Gianfranco Ghirlanda ; tradução de Hugo Cavalcante e Valdir Manuel dos Santos Filho. - São Paulo : Paulus; Londrina : ISDCLondrina, 2026.
(Coleção Direito Canônico)

Título original : Il sacramento dell'ordine e la vita dei chierici
ISBN 978-85-349-6636-8

1. Código de Direito Canônico — Comentários 2. Sacramentos — Igreja Católica I. Título II. Santos Filho, Valdir Manuel dos III. Série

26-1638

CDD 262.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Código de Direito Canônico — Comentários

Coleção DIREITO CANÔNICO

- *O sacramento do matrimônio e as causas de nulidade*, Anselmo Chagas de Paiva
- *O tribunal interdiocesano: origem, constituição e normas*, Evandro Stefanello
- *Direito Processual Canônico*, Manuel J. Arroba Conde
- *A vida consagrada no Código de Direito Canônico*, Anselmo Chagas de Paiva
- *História das fontes do Direito Canônico*, Gian Luigi Falchi; Brian Edwin Ferme
- *Lições básicas de Direito Canônico: introdução ao Direito eclesial e comentários aos Livros I, II e III*, Adenilson Ferreira
- *O sacramento da Ordem e a vida dos clérigos*, Gianfranco Ghirlanda
- *Igreja universal e Igreja particular*, Gianfranco Ghirlanda

CARDEAL GIANFRANCO GHIRLANDA, SJ

O SACRAMENTO DA ORDEM E A VIDA DOS CLÉRIGOS

(cânn. 1008-1054; 232-297)

Tradução:

Dr. D. Hugo Cavalcante, OSB

Dr. Pe. Valdir Manuel dos Santos Filho, SCJ

Revisão das notas e bibliografia:

Dr. Pe. Márcio Fernando França



INSTITUTO SUPERIOR
DE DIREITO CANÔNICO
DE LONDRINA



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Título original: *Il sacramento dell'ordine e la vita dei chierici*

Copyright © 2024 by Edizioni Studium - Roma

www.edizionistudium.it

ISBN 978-88-382-5472-7

Traduzido da Segunda Edição revista e atualizada, com referência aos novos Documentos da Santa Sé e à legislação complementar da CNBB

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Gerência editorial

Elisa Zuigeber

Revisão

Tiago José Risi Leme, Cícera Martins,
André Odashima, Carlos Antônio S. Maia,
Lucas Giron, Tarsila Doná

Design

Leonardo Cerretti

Impressão e acabamento

PAULUS

1ª edição, 2026

Instituto Superior de Direito Canônico de Londrina

Rua Pe. Rinaldo Semprebom, 137 – Tucano
CEP 86047-010 | Londrina-PR



Conheça o catálogo PAULUS
acessando: paulus.com.br/loja,
ou pelo QR Code.
Televendas: (11) 3789-4000 /
0800 016 40 11

© PAULUS - 2026

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091
São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-6636-8

ÍNDICE

<i>CAPÍTULO I – O SACRAMENTO DA ORDEM</i>	17
1. Introdução	17
2. Dimensão eclesiológica da Ordem sagrada	27
2.1 Igualdade e diferenciação dos membros da Igreja	27
2.2 Diferença entre os ministros sagrados e os outros fiéis...	29
2.3 Sacerdócio comum e sacerdócio ministerial ou hierárquico.....	31
3. Os três graus da Ordem Sacra	44
3.1 O contexto da problemática	44
3.2 Episcopado e presbiterado	46
3.3 Diaconato	59
4. A sagrada ordenação	74
4.1 A celebração	74
4.2 Ministro da ordenação	75
<i>4.2.1 Problemáticas relativas ao ministro em geral</i>	75
<i>4.2.2 Consagração episcopal e mandato pontifício</i>	82
<i>4.2.3 Dimensão colegial da consagração episcopal</i>	91
<i>4.2.4 Ordenação diaconal e presbiteral</i>	92
<i>4.2.4.1 Bispo ordenante</i>	92
<i>4.2.4.2 Cartas dimissórias</i>	96
<i>4.2.4.2.1 Autoridade concedente</i>	96
<i>4.2.4.2.2 Destinatário</i>	100
4.3 Dos ordenandos	100

<i>4.3.1 Requisitos para a validade da ordenação.....</i>	100
<i>4.3.2 Requisitos para a liceidade da ordenação</i>	114
<i>4.3.2.1 Em geral.....</i>	114
<i>4.3.2.2 Qualidades pessoais</i>	116
<i>4.3.2.2.1 Liberdade</i>	116
<i>4.3.2.2.2 Sinais de vocação divina</i>	123
<i>4.3.2.2.3 Idade canônica e maturidade suficiente.....</i>	145
<i>4.3.3 Atos a serem realizados antes da ordenação.....</i>	150
<i>4.3.4 Documentos e escrutínio</i>	157
<i>4.3.4.1 Documentos</i>	157
<i>4.3.4.2 Escrutínio sobre as qualidades</i>	157
<i>4.3.5 Obrigações do bispo na ordenação de um súdito próprio ou de outro</i>	161
<i>4.3.6 Irregularidades e impedimentos</i>	163
<i>4.3.6.1 Aspectos gerais</i>	163
<i>4.3.6.2 Irregularidades.....</i>	167
<i>4.3.6.2.1 Irregularidades para receber as ordens</i>	172
<i>4.3.6.2.2 Irregularidades no exercício das ordens recebidas</i>	181
<i>4.3.6.3 Impedimentos simples</i>	183
<i>4.3.6.3.1 Impedimentos para receber as ordens</i>	183
<i>4.3.6.3.2 Impedimentos ao exercício das ordens recebidas</i>	184
<i>4.3.6.4 Cessação das irregularidades e dos impedimentos.....</i>	185
<i>4.3.6.4.1 Sujeito da dispensa</i>	185
<i>4.3.6.4.1.1 S� Apostólica.....</i>	185
<i>4.3.6.4.1.2 Ordinário</i>	188
<i>4.3.6.4.2 Formalidades a serem cumpridas.....</i>	188
<i>4.3.6.5 Casos ocultos urgentes</i>	189
5. Registro e certificado de ordena�o	190

CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO	
DOS MINISTROS SAGRADOS	191
1. Introdução	191
2. Cuidado pastoral das vocações	195
2.1 Cuidado pastoral das vocações	195
2.2 Responsáveis pela promoção das vocações	202
3. Autoridade competente para a formação do clero	206
4. Os seminários	208
4.1 Elementos históricos	208
4.1.1 <i>Seminário menor</i>	210
4.1.2 <i>Seminário maior</i>	215
4.1.2.1 <i>Obrigatoriedade</i>	215
4.1.2.2 <i>Personalidade jurídica e representação legal</i>	219
4.1.2.3 <i>Isenção da jurisdição do pároco</i>	220
4.1.2.4 <i>Administração econômica do seminário</i>	221
4.1.2.5 <i>Normas que regulam a vida no seminário</i>	223
4.2 Admissão ao seminário	226
4.2.1 <i>Requisitos pessoais</i>	226
4.2.2 <i>Requisitos documentais</i>	227
4.3 Formação dos seminaristas	231
4.3.1 <i>Finalidade da formação e identidade sacerdotal</i>	231
4.3.2 <i>Etapas da formação</i>	249
4.3.3 <i>Meios de formação</i>	254
4.3.3.1 <i>Formação espiritual</i>	255
4.3.3.2 <i>Formação litúrgica</i>	260
4.3.3.3 <i>Formação na vida de comunhão fraterna</i>	262
4.3.3.4 <i>Formação no conselho evangélico</i> <i>da castidade celibatária</i>	263
4.3.3.5 <i>Formação para o conselho evangélico da obediência</i> ..	274
4.3.3.6 <i>Formação para o conselho evangélico da pobreza</i>	277

4.3.3.7 <i>Formação missionária</i>	278
4.3.3.8 <i>Formação doutrinal</i>	279
4.3.3.8.1 Finalidade	279
4.3.3.8.2 <i>Ratio studiorum</i>	281
4.3.3.8.3 Estudos propedêuticos	285
4.3.3.8.4 Estudos filosóficos e ciências afins.....	285
4.3.3.8.4.1 Finalidade	285
4.3.3.8.4.2 Ordenamento dos estudos	286
4.3.3.8.5 Estudos teológicos	288
4.3.3.8.5.1 Finalidade	288
4.3.3.8.5.2 Ordenamento dos estudos	289
4.3.3.8.6 Disciplinas “ministeriais”	294
4.3.3.8.7 Estudos especiais.....	294
4.3.3.9 <i>Formação estritamente pastoral</i>	295
4.3.4 <i>Responsáveis pela formação</i>	299
4.3.4.1 <i>O bispo</i>	299
4.3.4.2 <i>Outros responsáveis</i>	301
4.3.4.3 <i>O reitor</i>	304
4.3.4.4 <i>O vice-reitor</i>	313
4.3.4.5 <i>Coordenador da dimensão humana</i> <i>e moderadores dos grupos de alunos</i>	314
4.3.4.6 <i>Coordenador da dimensão intelectual</i> <i>e coordenador da dimensão pastoral</i>	315
4.3.4.7 <i>Ecônomo</i>	315
4.3.4.8 <i>Professores</i>	315
4.3.4.9 <i>Formadores de vida espiritual</i>	319
4.3.4.9.1 Figuras e funções	319
4.3.4.9.2 Relação com os superiores do foro externo.....	328
4.3.5 <i>Auxílio à formação: habilidades psicológicas</i>	330
4.3.5.1 <i>Significado da assistência psicológica</i>	330

4.3.5.2 <i>Auxílio no discernimento da maturidade humana e cristã</i>	331
4.3.5.3 <i>Liberdade do candidato</i>	343
4.3.5.4 <i>Respeito pela intimidade da pessoa</i>	345
5. Formação permanente após o seminário	351
6. Formação dos diáconos permanentes	355
6.1 Competências	355
6.2 Finalidade da formação dos diáconos permanentes	356
6.3 Os responsáveis pela formação	356
6.4 Etapas da formação	357
 CAPÍTULO III – ADSCRIÇÃO OU INCARDINAÇÃO DOS CLÉRIGOS	
	361
1. Princípios de reforma	361
2. Notas históricas	362
2.1 Disciplina da Igreja antiga	362
2.2 Disciplina da Igreja medieval	364
2.3 Disciplina nos séculos XVI–XVIII	366
2.4 Disciplina no século XIX	366
2.5 O CIC 1917	367
3. O Concílio Vaticano II	368
4. A legislação pós-conciliar	373
5. O CIC de 1983	375
5.1 Necessidade da incardinação	375
5.2 Estruturas nas quais ocorre a incardinação	376
5.3 Formas de incardinação	391
5.3.1 <i>Incardinação originária explícita</i>	391
5.3.2 <i>Incardinação derivada explícita</i>	393
5.3.3 <i>Incardinação derivada implícita</i>	395
5.3.3.1 <i>Mudança de incardinação ipso iure</i>	395

5.3.3.2 <i>Incorporação perpétua ou definitiva em um instituto de vida consagrada ou em uma sociedade clerical de vida apostólica de direito pontifício</i>	396
5.3.3.3 <i>Passagem de um instituto de vida consagrada para outro</i>	397
5.3.3.4 <i>Incardinação em uma diocese de clérigo oriundo de instituto de vida consagrada ou de sociedade de vida apostólica</i>	398
5.4 <i>Condições para a legítima incardinação</i>	399
5.5 <i>Condições para a legítima excardinação</i>	400
5.6 <i>Licença de transferência</i>	403
5.7 <i>Autoridade competente</i>	407

CAPÍTULO IV – OBRIGAÇÕES

E DIREITOS DOS CLÉRIGOS..... 411

1. Vida santa	411
1.1 <i>Conteúdo da obrigação</i>	411
1.2 <i>Meios para alcançar a santidade</i>	413
1.2.1 <i>Cumprimento fiel dos deveres pastorais</i>	413
1.2.2 <i>Prática dos conselhos evangélicos</i>	418
1.2.2.1 <i>Obediência</i>	421
1.2.2.1.1 <i>Natureza da obediência e promessa de obediência</i> ...	421
1.2.2.1.2 <i>Obrigação de aceitar e cumprir as tarefas atribuídas pelo Ordinário</i>	439
1.2.2.1.3 <i>Direito de receber ofícios eclesiais</i>	441
1.2.2.1.4 <i>Obrigação de residir na diocese</i>	449
1.2.2.2 <i>Celibato</i>	452
1.2.2.2.1 <i>Breve percurso histórico</i>	452
1.2.2.2.2 <i>Conteúdo da obrigação</i>	455
1.2.2.2.3 <i>Fontes, natureza e alcance da obrigação</i>	458
1.2.2.2.4 <i>Sujeitos da obrigação</i>	472

1.2.2.2.5 Conseqüências canônicas	475
1.2.2.3 <i>Pobreza</i>	477
1.2.2.3.1 Espírito de pobreza e pobreza material	477
1.2.2.3.2 Remuneração e assistência social	489
1.2.2.3.3 Proibição de atividades comerciais	497
1.2.3 Leitura da Sagrada Escritura e celebração da Eucaristia	501
1.2.4 <i>Liturgia das Horas</i>	505
1.2.5 <i>Retiros e exercícios espirituais</i>	511
1.2.6 <i>Oração mental, sacramento da penitência e outros meios</i>	513
2. Relação com os outros na Igreja e na sociedade civil ...	514
2.1 Relações entre os clérigos	514
2.2 Relações entre clérigos e leigos	521
2.3 Relação com os consagrados pela profissão dos conselhos evangélicos	523
2.4 Relação com associações e direito de participação de associações	533
3. O que é conveniente ou inconveniente ao estado clerical	545
3.1 Atividades	545
3.2 Vestimenta eclesiástica	553
3.3 Obrigação de prosseguir os estudos sagrados	554
CAPÍTULO V – PERDA DO ESTADO CLERICAL	555
1. Título	555
2. Modos de perda do estado clerical	557
2.1 Invalidez da ordenação (cân. 290, 1)	557
2.2 Pena de demissão legitimamente imposta (cân. 290, 2) .	560
2.3 Rescrito da Santa Sé (cân. 290, 3)	565
2.4 Demissão “ <i>ex officio</i> ”	570

3. Efeitos da perda do estado clerical	574
4. Dispensa da obrigação do celibato	575
4.1 Considerações gerais	575
4.2 Casos de dispensa	578
4.3 Procedimento a ser seguido	579
4.4 Rescrito de dispensa.....	581
5. Readmissão ao estado clerical	583
 <i>ANEXO – A PRELAZIA PESSOAL</i>	585
1. Definição	585
2. O Concílio Vaticano II	587
3. Legislação pós-conciliar	592
3.1 O M.p. <i>Ecclesiae sanctae</i>	592
3.2 A Constituição Apostólica <i>Regimini Ecclesiae Universae</i>	595
4. O Código de Direito Canônico de 1983	596
4.1 Os trabalhos da Comissão de Reforma.....	596
4.2 Relação com a Santa Sé	600
4.3 Natureza da prelazia pessoal e posição dos leigos	601
4.4 Os clérigos e o prelado	604
 <i>SIGLAS E ABREVIÇÕES</i>	607
 <i>BIBLIOGRAFIA</i>	611
I. Fontes	611
1. Romanos Pontífices	611
2. Dicastérios da Santa Sé	617
3. Concílios ecumênicos	627
4. Sínodo dos Bispos	628
5. Outros organismos	628
II. Estudos	629
 <i>ÍNDICE DAS MATÉRIAS</i>	651

NOTA DO AUTOR

Este volume é fruto de quarenta anos de ensino do Autor na Faculdade de Direito Canônico da Pontifícia Universidade Gregoriana, da experiência dos muitos casos concretos que enfrentou ao longo dos anos e da extensa direção espiritual dada a seminaristas e sacerdotes.

Para alguns institutos, considerou-se apropriado apresentar um breve panorama sobre a sua evolução histórica, para dar uma mínima informação sobre o assunto, sem pretender que essa seja exaustiva.

A bibliografia lista todos os documentos oficiais consultados. Os estudos incluem obras do próprio autor. O autor agradece aos Superiores da Companhia de Jesus pelo incentivo; aos seus colegas professores jesuítas da Faculdade de Direito Canônico pelo apoio e conselhos; e ao Monsenhor Gian Paolo Montini pelas valiosas observações.

O próprio autor não é citado ao longo da exposição, mas o leitor pode consultar suas obras, pois elas são a fonte de diversas partes do livro.

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

É com singular honra que apresentamos ao público brasileiro – clérigos e leigos –, especialmente aos estudiosos de Direito Canônico, a edição brasileira da obra *Il sacramento dell'ordine e la vita dei chierici* (cânn. 1008-1054; 232-297), do eminente Cardeal Gianfranco Ghirlanda, S.J.

Esta publicação é fruto de uma significativa e oportuna coedição entre a Editora Paulus e o Instituto Superior de Direito Canônico de Londrina (ISDCLondrina), parceria que expressa o compromisso comum com a excelência acadêmica e com a difusão do conhecimento jurídico-canônico em língua portuguesa. Ao unir a tradição editorial da Paulus, consolidada no serviço à cultura religiosa e humanística, à competência formativa e científica do ISDCLondrina, referência no ensino e na pesquisa do direito eclesial em nosso país, oferece-se ao leitor uma obra de referência indispensável para a compreensão do ministério ordenado e da identidade dos clérigos na Igreja.

A escolha desta obra para integrar o catálogo editorial brasileiro revela-se particularmente acertada. O Cardeal Gianfranco Ghirlanda, renomado canonista, oferece neste volume um comentário aprofundado e sistemático de uma das áreas mais centrais e exigentes do *Codex Iuris Canonici*: o sacramento da Ordem e a vida dos clérigos. Trata-se de um texto que, desde sua publicação original, consolidou-se como um clássico da doutrina canônica contemporânea, unindo a precisão técnica do jurista à sólida fundamentação teológica e espiritual própria do seu autor.

O título original já anuncia o centro da reflexão: o sacramento e a vida. A estrutura da obra, que percorre os cânones 1008 a 1054 (sobre a Ordem) e 232 a 297 (sobre a formação e a vida dos clérigos), revela a intenção do autor de não tratar o aspecto disciplinar de forma isolada. Pelo contrário, o Cardeal Ghirlanda insiste na intrínseca relação entre o ser

do clérigo – configurado a Cristo pela ordenação – e o seu agir na Igreja. Esse enfoque é de particular relevância para a realidade eclesial brasileira, que vive o desafio constante de conciliar a riqueza teológica do ministério ordenado com as exigências jurídicas e pastorais que dele derivam.

Nesta edição brasileira, o ISDCLondrina e a Editora Paulus unem esforços para superar a barreira linguística e disponibilizar esta joia da literatura canônica. O Instituto, em particular, com seu corpo docente especializado, contribuiu ativamente para a tradução e revisão das notas e termos específicos, assegurando que o rigor conceitual do texto original fosse fielmente vertido para o português, respeitando as nuances da terminologia jurídica e teológica adotada pela Igreja no Brasil.

A obra que o leitor tem em mãos é, portanto, muito mais do que um comentário aos cânones. Ela se apresenta como um itinerário formativo. O Cardeal Ghirlanda não se limita a explicar a letra da lei; ele conduz o leitor a compreender o espírito da legislação eclesial. Em um contexto de renovação e, por vezes, de tensões em torno da identidade presbiteral e diaconal, este livro oferece uma bússola segura. Ele auxilia os Bispos e formadores a acompanharem os candidatos ao sacerdócio e ao diaconato, ajuda os párocos e vigários a reavivarem a consciência de sua missão e orienta os juristas a aplicarem as normas com a reta intenção de servir ao bem das almas (*salus animarum*), que é a suprema lei da Igreja.

Agradecemos ao Cardeal Gianfranco Ghirlanda e à Editora Studium pela confiança depositada em nosso trabalho ao autorizar esta edição. Agradecemos, igualmente, aos tradutores, revisores e a todos os colaboradores que se empenharam para que este projeto se concretizasse com a excelência que a obra exige.

Que esta obra, fruto da parceria entre o Instituto Superior de Direito Canônico de Londrina e a Editora Paulus, possa frutificar abundantemente, contribuindo para a formação de clérigos santos e bem preparados, e para uma aplicação sempre mais justa e salutar do direito na Igreja particular do Brasil.

Prof. Dr. Pe. Marcio Fernando França

Diretor do Instituto Superior de Direito Canônico de Londrina
Presidente da Sociedade Brasileira de Canonistas

CAPÍTULO I. O SACRAMENTO DA ORDEM

1. INTRODUÇÃO

O CIC 1983 contém dois cânones introdutórios de natureza doutrinária, 1008 e 1009, enquanto o Código de Direito Canônico de 1917 continha três (cf. cân. 948-950). De fato, o cân. 950, que definia as palavras “*ordinare*”, “*ordo*”, “*ordinatio*” e “*sacra ordinatio*”, desapareceu. O cân. **1008**, o primeiro do novo Código, modificado por Bento XVI com o M.p. *Omnium in mentem*, de 26 de outubro de 2009 (cf. art. 1), é mais amplo e doutrinariamente mais denso do que o cân. 948 do Código de Direito Canônico de 1917; o cân. **1009, § 1**, muda em relação ao cân. 949 do CIC 1917, uma vez que menciona explicitamente o episcopado como um grau das ordens sagradas, além do presbiterado e do diaconato, enquanto não nomeia o subdiaconato como uma ordem maior porque foi abolido por Paulo VI com o M.p. *Ministeria quaedam*, de 15 de agosto de 1972, nem as ordens menores, que, pelo mesmo *motu proprio*, deixaram de existir como tais, embora o acolitado e o leitorado permaneçam como ministérios instituídos, que podem ser conferidos a leigos (cf. III; IV; VII). Assim, entra-se no estado clerical com o diaconato (cf. cân. 266, § 1) e não mais com a primeira tonsura (cf. cân. 108, § 1, CIC 1917), que também foi abolida pelo M.p. *Ministeria quaedam* (cf. I). Do cân. **1009 o § 2** corresponde ao cân. 1002 CIC 1917, onde se encontrava no capítulo IV (*De ritibus et caeremoniis sacrae ordinationis*) do título VI (*De ordine*), enquanto o § 3, acrescentado por Bento XVI com o M.p. *Omnium in mentem* (cf. art. 2), faz, como veremos, uma distinção clara entre o episcopado e o presbiterado, por um lado, e o diaconato, por outro.